

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

PRÁTICA FORENSE PENAL

7.^a edição
revista, atualizada e ampliada

Contém:

- Novos modelos de peças para inquérito e processo
- Orientações para prática forense

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

PRÁTICA FORENSE PENAL

Guilherme de Souza Nucci

7.^a edição

revista, atualizada e ampliada

1.^a edição, 1.^a tiragem: janeiro de 2006; 2.^a tiragem: março de 2006 –
2.^a edição, 1.^a tiragem: fevereiro de 2007; 2.^a tiragem: julho de 2007 –
3.^a edição: abril de 2008 – 4.^a edição, 1.^a tiragem: fevereiro de 2010;
2.^a tiragem: julho de 2010 – 5.^a edição: 2011 – 6.^a edição: 2012.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

1747

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora Responsável

Rua do Bosque, 820 • Barra Funda

Tel. (0xx11) 3613-8400 • Fax (0xx11) 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite o nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2013]

Universitário complementar

Fechamento desta edição [13.06.2013]



ISBN 978-85-203-4811-6

SUMÁRIO(*)

Apresentação à 7. ^a edição.....	5
Apresentação à 6. ^a edição.....	7
Apresentação à 5. ^a edição.....	9
Apresentação à 4. ^a edição.....	11
Apresentação à 3. ^a edição.....	13
Apresentação à 2. ^a edição.....	15
Apresentação à 1. ^a edição.....	17

Capítulo I – Inquérito Policial

1. Conceito	33
2. Finalidade	33
3. Fundamento legal	33
4. Pontos relevantes	33
4.1 Perfil	33
4.2 Prazo de conclusão	34
4.3 Início e término	35
4.4 Indiciamento.....	35
4.5 Individualização do indiciado e identificação criminal	35
5. Procedimento esquemático	37
1.º Inquérito policial	37
6. Modelos de peças	38
1.º Auto de prisão em flagrante.....	39
2.º Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º Termo circunstanciado – Lesão dolosa	43
4.º Termo circunstanciado – Porte de drogas para uso próprio	45
5.º Termo de comparecimento	
6.º Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial	47
7.º Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial...	48
8.º Procuração <i>ad judicia</i>	
9.º Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
10) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	

11)	Termo de qualificação e vida progressa	
12)	Relatório da autoridade policial	
13)	Representação da autoridade policial pela busca e apreensão.....	49
14)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal	51
15)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos	52
16)	Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica ..	54
17)	Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
18)	Representação da autoridade policial pela apreensão	56
19)	Representação da autoridade policial pela busca.....	57
20)	Representação da autoridade policial pela declaração da medida cautelar de internação provisória.....	59
21)	Decisão judicial de decretação da busca e apreensão	61
22)	Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal	63
23)	Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos	64
24)	Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica	66
25)	Decisão judicial de decretação da apreensão	67
26)	Decisão judicial de decretação da busca.....	68
27)	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa de internação provisória.....	69

Capítulo II – Ação Penal

1. Conceito	71
2. Finalidade	71
3. Fundamento legal.....	71
4. Pontos relevantes	71
4.1 Perfil.....	71
4.2 Prazo	72
4.3 Início e término	73
5. Procedimentos esquemáticos.....	74
1.º) Identificação de modalidade de ação.....	74
2.º) Identificação de rito.....	75
3.º) Comum (ordinário)	76
4.º) Sumaríssimo	77
5.º) Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público	79
6.º) Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública).....	80
7.º) Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada).....	81
8.º) Especiais – Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005.....	82

9.º) Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005	83
10) Especiais – Procedimento previsto na Lei de Drogas – 11.343/2006.....	84
11) Especiais – Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 –Violência Doméstica	85
12) Especiais – Resumo de teses – Falta de justa causa	86
13) Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual	87
14) Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal ...	89
15) Princípios constitucionais explícitos do processo penal	90
16) Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	92
6. Modelos de peças.....	95
1.º) Denúncia.....	96
2.º) Denúncia genérica	98
3.º) Queixa-crime	100
4.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	103
5.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime	104
6.º) Defesa prévia	106
7.º) Defesa preliminar – Funcionário público	107
8.º) Defesa preliminar – Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).....	109
9.º) Memoriais – Ministério Público	112
10) Memoriais – Defesa	114
11) Pedido de explicações.....	118

Capítulo III – Ação Civil *Ex Delicto*

1. Conceito	121
2. Finalidade	121
3. Fundamento legal.....	121
4. Pontos relevantes	121
4.1 Perfil.....	121
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal.....	122
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível.....	122
5. Procedimento esquemático.....	123
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	123
6. Modelos de peça.....	124
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	125
2.º) Pedido de reparação civil do dano em ação penal	129

Capítulo IV – Jurisdição e Competência

1. Conceitos	131
2. Competência absoluta e relativa	131
3. Regras básicas para a fixação da competência	131
4. Procedimentos esquemáticos	134
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal)	134
2.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Estadual.....	135
3.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Federal	136
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria	137
5.º) Competência da Justiça Federal – Art. 109 da CF	140

Capítulo V – Incidentes Processuais

1. Conceito	141
2. Questões prejudiciais	141
3. Procedimentos incidentes	142
3.1 Exceções.....	142
3.2 Incompatibilidades e impedimentos	142
3.3 Conflitos de competência	142
3.4 Restituição de coisa apreendida	142
3.5 Medidas assecuratórias.....	143
3.6 Incidente de falsidade	143
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova.....	143
3.7 Incidente de insanidade mental.....	144
4. Procedimentos esquemáticos	145
1.º) Conflito negativo de competência.....	145
2.º) Conflito positivo de competência.....	146
3.º) Quadro resumo de conflito de competência	147
4.º) Restituição de coisas apreendidas.....	148
5.º) Incidente de insanidade mental.....	150
5. Modelos de peças	151
1.º) Questão prejudicial heterogênea	152
2.º) Questão prejudicial homogênea.....	154
3.º) Exceção de suspeição	155
4.º) Exceção de impedimento	
5.º) Exceção de incompetência	157
6.º) Exceção de litispendência.....	159
7.º) Exceção de coisa julgada	
8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	

9.º) Suspensão de conflito positivo de competência	162
10) Suspensão de conflito negativo de competência	
11) Restituição de coisa apreendida	164
12) Pedido de sequestro	166
13) Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal.....	169
14) Pedido de especialização de hipoteca legal.....	171
15) Pedido de arresto	
16) Embargos de terceiro em caso de sequestro	174
17) Embargos de terceiro de boa-fé	176
18) Embargos apresentados pelo réu	178
19) Impugnação ao arresto	
20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
21) Pedido de instauração de incidente de falsidade documental	180
22) Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova.....	181
23) Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação	183
24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	

Capítulo VI – Prisão e Liberdade Provisória

1. Conceitos.....	185
2. Regras gerais para a efetivação da prisão	185
3. Prisão preventiva	186
4. Prisão em flagrante	188
5. Prisão temporária.....	189
6. Prisão decorrente de pronúncia.....	189
7. Prisão decorrente de sentença condenatória.....	190
8. Prisão para condução coercitiva.....	190
9. Medidas cautelares alternativas	190
10. Prisão domiciliar	191
11. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória	191
12. Procedimentos esquemáticos	193
1.º) Quadro resumo – Prisões de caráter penal	193
2.º) Prisões e seus remédios	195
13. Modelos de Peças.....	196
1.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária	198
2.º) Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa.....	199

3.º	Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
4.º	Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
5.º	Requerimento da acusação para a decretação de prisão preventiva	200
6.º	Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa	202
7.º	Decisão judicial de decretação da prisão preventiva.....	204
8.º	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa.....	206
9.º	Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva	208
10)	Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa	210
11)	Decisão judicial de revogação da prisão preventiva.....	212
12)	Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa.....	213
13)	Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
14)	Requerimento da acusação para a decretação de prisão temporária	
15)	Decisão judicial de decretação da prisão temporária	214
16)	Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
17)	Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante	215
18)	Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva.....	217
19)	Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
20)	Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia	218
21)	Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia.....	220
22)	Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia	222
23)	Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia.....	224
24)	Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva	226
25)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
26)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	
27)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
28)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	

- 29) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia
- 30) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória

Capítulo VII – Júri

1. Conceito	229
2. Princípios constitucionais regentes	229
3. Procedimento trifásico	229
4. Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa	230
5. Pontos relevantes	230
6. Fase das diligências	231
7. Julgamento em Plenário	231
8. Procedimentos esquemáticos	234
1.º) 1.ª fase – formação de culpa – <i>judicium accusationis</i>	234
2.º) 2.ª fase – preparação do Plenário	235
3.º) 3.ª fase – juízo de mérito – <i>judicium causae</i>	236
9. Modelos de peças	237
1.º) Decisão de pronúncia	238
2.º) Sentença de impronúncia	241
3.º) Decisão de desclassificação	244
4.º) Sentença de absolvição sumária	246
5.º) Pedido de diligências após a pronúncia (acusação)	249
6.º) Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)	
7.º) Decisão do juiz de deferimento	
8.º) Decisão do juiz de indeferimento	
9.º) Quesitos – Homicídio simples	250
10) Quesitos – Homicídio qualificado	
11) Quesitos – Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio	251
12) Quesitos – Infanticídio	252
13) Quesitos – Aborto praticado pela gestante	253
14) Quesitos – Crime conexo	254
15) Quesitos – Coautoria	256
16) Quesitos – Participação	257
17) Quesitos – Legítima defesa e outras teses defensivas	258
18) Sentença absolutória em Plenário	
19) Sentença condenatória em Plenário	
20) Pedido de desaforamento	

Capítulo VIII – Sentença

1. Conceito	261
2. Outras decisões judiciais	261
3. Conteúdo da sentença	261
4. Correlação entre imputação e sentença	262
5. Absolvção vinculada	262
6. Fundamentação da sentença	263
7. Modelos de peças	264
1.º Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes – penas varia- das)	265
2.º Sentença condenatória (receptação qualificada – pena mínima)	
3.º Sentença absolutória (art. 386, I, CPP)	274
4.º Sentença absolutória (art. 386, II, CPP)	277
5.º Sentença absolutória (art. 386, III, CPP)	281
6.º Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP)	284
7.º Sentença absolutória (art. 386, V, CPP)	286
8.º Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP)	291
9.º Sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, c. c. parágrafo único, III, CPP)	294

Capítulo IX – Recursos

1. Conceito e efeitos	297
2. Pressupostos de admissibilidade	297
3. Recurso em sentido estrito	298
4. Correição parcial	299
5. Agravo em execução	299
6. Apelação	300
7. Embargos de declaração	301
8. Protesto por novo júri	301
9. Carta testemunhável	302
10. Embargos infringentes e de nulidade	302
11. Recurso especial	303
12. Recurso extraordinário	303
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso espe- cial ou extraordinário	304
14. Recurso ordinário constitucional	305














15. Agravo regimental nos tribunais	305
16. Reclamação	306
17. Procedimentos esquemáticos	307
1.º) Esquema para identificação do recurso.....	307
2.º) Recurso em sentido estrito	313
3.º) Correição parcial	314
4.º) Agravo em execução	315
5.º) Apelação	316
6.º) Apelação na Lei 9.099/95.....	317
7.º) Embargos de declaração de sentença.....	318
8.º) Embargos de declaração de acórdão.....	319
9.º) Carta testemunhável.....	320
10) Embargos infringentes e de nulidade.....	321
11) Recurso especial.....	322
12) Recurso extraordinário	323
13) Recurso ordinário constitucional.....	324
14) Agravo regimental.....	325
15) Análise do art. 581 do CPP	326
16) Análise do art. 593 do CPP	327
17) Apelação de sentença do Tribunal do Júri.....	328
18. Modelos de peças	329
1.º) Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	331
2.º) Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	334
3.º) Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum.....	337
4.º) Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum.....	342
5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução	346
6.º) Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução	348
7.º) Petição de interposição e razões de correição parcial	351
8.º) Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial.....	354
9.º) Embargos de declaração de sentença	357
10) Embargos de declaração com efeito infringente de sentença	359
11) Embargos de declaração de acórdão	361
12) Embargos de declaração com efeito infringente de acórdão	363
13) Carta testemunhável e razões	365

14) Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto nulidade.....	368
15) Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto infringência.....	371
16) Petição de interposição e razões de recurso especial.....	373
17) Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial.....	377
18) Petição de interposição e razões de recurso extraordinário.....	381
19) Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário.....	387
20) Interposição de agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial.....	389
21) Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	390
22) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	393
23) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	394
24) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	396
25) Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	398
26) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	401
27) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	402
28) Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal.....	404
29) Reclamação.....	407
30) Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional...	410
31) Petição de interposição e contrarrazões em recurso ordinário constitucional.....	413

Capítulo X – Ações de Impugnação

1. Conceitos e visão constitucional.....	417
2. Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>.....	418
2.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	418
2.2 Extensão do <i>habeas corpus</i>	419
2.3 Processamento e competência.....	419
2.4 Hipóteses legais de cabimento.....	419
2.5 Conteúdo da petição inicial.....	420
2.6 Espécies de <i>habeas corpus</i>	420

3. Particularidades sobre o mandado de segurança	421
3.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	421
3.2 Extensão do mandado de segurança	421
3.3 Processamento e competência.....	422
3.4 Hipóteses legais de cabimento.....	422
3.5 Conteúdo da petição inicial.....	422
3.6 Espécies de mandado de segurança.....	423
4. Particularidades sobre a revisão criminal	423
4.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	423
4.2 Extensão da revisão criminal	423
4.3 Processamento e competência.....	423
4.4 Hipóteses legais de cabimento.....	424
4.5 Conteúdo da petição inicial.....	424
5. Procedimentos esquemáticos	425
1.º) Identificação da autoridade coatora	425
2.º) Mandado de segurança.....	426
3.º) Justificação.....	427
4.º) Revisão criminal	428
5.º) <i>Habeas Corpus</i>	429
6.º) Roteiro orientador de pedidos de <i>Habeas Corpus</i>	430
7.º) Resumo de teses do HC	432
6. Modelos de peças	435
1.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu.....	437
2.º) <i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
3.º) <i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
4.º) <i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
5.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
6.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
7.º) <i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
8.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa	440
9.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas	443
10) <i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz	446

- 11) *Habeas corpus* contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu..... 449
- 12) *Habeas corpus* contra decisão do juiz da execução penal, indeferimento a revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas 452
- 13) *Habeas corpus* contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica 455
-  14) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade
-  15) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela
-  16) *Habeas corpus* contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada
-  17) *Habeas corpus* contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada
-  18) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada
-  19) *Habeas corpus* contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução
- 20) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário 458
-  21) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal
-  22) Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação
-  23) Mandado de segurança para impedir a soltura do réu
- 24) Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal 461
- 25) Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal..... 463
-  26) Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos
-  27) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa
-  28) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu
-  29) Justificação para a revisão criminal

Capítulo XI – Execução Penal

1. Conceito e natureza jurídica	467
2. Individualização executória da pena	467
3. Sistema progressivo de cumprimento da pena	468
4. Livramento condicional	468
5. Remição	469
6. Indulto	470
7. Modelos de peças	470
1.º) Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto	471
2.º) Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto	473
3.º) Pedido de progressão de regime – Crime hediondo.....	475
4.º) Pedido de livramento condicional.....	477
5.º) Pedido de remição por trabalho	479
6.º) Pedido de remição por estudo.....	481
7.º) Pedido de indulto.....	482
8.º) Pedido de comutação (indulto parcial)	484
9.º) Pedido de incidente de desvio de execução	486
10) Pedido de conversão de pena em medida de segurança	488
11) Pedido de unificação de penas por crime continuado	490
12) Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13) Pedido de aplicação de lei penal benéfica	492
14) Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF.....	494
15) Decisão do juiz – Lei posterior benéfica.....	496
16) Pedido de reabilitação.....	498
17) Pedido de saída temporária	500
18) Decisão do juiz deferindo a saída temporária.....	502
19) Pedido de visita íntima	503
20) Decisão do juiz deferindo a visita íntima	505

Capítulo XII – Orientações gerais para a prática forense

1. Introdução	507
2. Orientações aos operadores do Direito	507
3. Orientações aos advogados e defensores públicos	511
4. Orientações aos juízes	516
5. Orientações aos membros do Ministério Público	518
6. Orientações aos delegados de polícia	519
Obras do Autor	523